

Por uma aliança operário-camponesa: dilemas históricos do sindicalismo andino boliviano

Bruno Miranda¹

Introdução

Concomitante às intensas mobilizações pelos recursos naturais e à ascensão de um ex-sindicalista camponês e indígena à presidência da Bolívia, alguns estudiosos têm publicado no Brasil importante material acerca da história deste país vizinho. É nesse mesmo sentido que este trabalho pretende aportar.

O artigo a seguir salienta os momentos nos quais se vislumbrou uma articulação operário-camponesa na região altiplânica durante o século XX, através da recuperação das primeiras organizações de trabalhadores bolivianos, paralelas à industrialização do país, até a consolidação das centrais e federações sindicais nas décadas de 30 e 40, período em que o proletariado mineiro hegemonizou o movimento operário e o campesinato começou a mobilizar-se contundentemente em termos regionais e nacionais. Recuperamos aqui não só momentos da Revolução Nacional de 1952, mas também da experiência assembleísta popular do começo da década de 70.

Historicamente combativo, o operariado mineiro tratou de concretizar co-governos em determinados momentos e a autogestão operária em outros. De outro lado, subordinado no interior da recém-formada Central Operária Boliviana e posteriormente cooptado pelos governos ditatoriais, o campesinato independente somente se consolidaria contra o mandato de Hugo Bánzer, ao fim do qual a fração katarista-sindical se afiliaria à COB e selaria, ao menos formalmente, uma aliança operário-camponesa na luta pelo retorno democrático. Sugerimos que a “cegueira sindical” de ambos os lados prevalecentes até então é decorrente, entre outros elementos, de uma leitura equivocada do papel que tanto classe quanto etnia cumprem no contexto histórico boliviano.

Primeiras experiências organizativas e sexênio 1946-52

Antes e depois da industrialização das minas, a condição do mineiro boliviano se manteve distinta da condição do trabalhador urbano. Isto porque o mineiro que habitava os distritos ou vilas, distantes muitas vezes de qualquer centro urbano, era um indivíduo (recém) egresso do campo e não tinha acabado de romper os laços com o mundo rural.

Rodríguez² nos revela que a indústria mineira enfrentou dificuldades durante todo o século XIX por

questões relacionadas com o próprio comportamento do trabalhador. Tinha periodicidade própria, pois a mina era uma atividade complementar e ainda não possuía o ascetismo relacionado ao trabalho, tão necessário para a produção industrial capitalista.

O sistema de *kajcheo*,³ que fomentava o roubo de minerais pelos próprios mineiros, foi praticado por décadas. Tratava-se, durante esse período, de “*modalidades pré-industriais de resistência*”.⁴ Na metade do século, um novo grupo de capitalistas modernizadores e menos tolerantes implantou multas e passou a perseguir os “ladrões” com o intuito de ordenar o tempo de trabalho e o mercado laboral em moldes propriamente capitalistas. A maquinaria erodiu a divisão de trabalho tradicional das minas⁵ durante a colônia e ocasionou maior controle sobre o processo produtivo.

O início do século XX marca a hegemonia da extração do estanho, que alimentará grande parte das lutas mineiras até a década de 50. A luta contra a precariedade das condições de trabalho dos mineiros era acompanhada por demandas de outros setores através de organizações de ajuda mútua, ligas e federações de artesãos, ferroviários e gráficos, que giravam ao redor dos salários, salubridade e construção de *pulperías*.⁶

Durante o mês de maio de 1912, grupos de artesãos descontentes com o liberalismo que permeava algumas organizações fundaram a Federação Operária Internacional (FOI), logo convertida na Federação Operária do Trabalho (FOT) em 1918, organização que por primeira vez divulgou os postulados marxistas entre seus membros e fomentou o distanciamento de trabalhadores ácratas mais próximos do anarquismo.⁷

O anarco-sindicalismo boliviano, por sua vez, foi promovido basicamente pela Federação Operária Local (FOL), de 1927, que abriu as primeiras portas para a organização sindical na Bolívia através de um

²RODRÍGUEZ OSTRÍA, Gustavo. *El socavón y el sindicato. Ensayos históricos sobre los trabajadores mineros SIGLOS XIX-XX*. La Paz: ILDIS, 1991. p. 21.

³Sistema pelo qual os trabalhadores arrendavam as terras junto a seus proprietários e faziam uso de suas próprias ferramentas de trabalho dentro da mina. O fruto do trabalho era então dividido com o proprietário sem a intermediação do salário.

⁴RODRÍGUEZ OSTRÍA, op. cit., p. 51.

⁵A divisão do trabalho nas minas consistia nos transportadores manuais de minério (*apiris/cumiris*), selecionadores de minérios (*mortiris/palliris*) e refinadores (*repasiris*).

⁶Pequenos armazéns para a venda de alimentos e bebidas alcoólicas.

⁷RODRÍGUEZ GARCÍA, Huáscar. *La choledad antiestatal: el anarcosindicalismo en el movimiento obrero boliviano: 1912-1965*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2010. p. 29-31.

¹Membro do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO/UFSC), Graduado em Ciências Sociais (UFSC) e Mestrando em Estudos Latino-americanos (UNAM/México).

movimento operário-artesanal organizado em grêmios. Embora a doutrina libertária na Bolívia tenha tido eco entre o período que vai do final da década de 1910 até a Guerra do Chaco (1932-1935), seu auge se deu durante o sexênio 1926-1932, concomitante à luta pela jornada de oito horas, depois da qual seus militantes haviam morrido no Chaco, incorporado o sindicalismo para-estatal ou então perseguidos pelo próprio Estado.⁸ Em todo o caso, a FOT e a FOL foram as principais centrais operárias da Bolívia até 1936.

Neste ano é conformada a Confederação Sindical de Trabalhadores da Bolívia (CSTB), de caráter fabril, vinculada ao stalinismo do Partido da Esquerda Revolucionária (PIR) e subordinada à lógica do aparato estatal, já que os governos desse período (1936-1946), conhecido com o nome de “socialismo militar”, perseguiam sistematicamente o objetivo de tutelar o flamejante movimento operário da década. Aproveitando a mobilização grevista iniciada na década, muitos grupos de esquerda que haviam participado da Guerra do Chaco voltaram à Bolívia e em pouco tempo reorganizaram os sindicatos em regiões combativas de La Paz e Oruro, assim como em Potosí, desatando um novo clima laboral de protestos e greves.

No universo das minas, a Liga Operária do Trabalho de Amparo e Proteção Mútua de Catavi e as Federações Mineiras de Llallagua e La Salvadora durante a década de 20 foram as experiências mais claras do que seriam os futuros sindicatos conformados exclusivamente por mineiros. Em 1942, fruto de uma mobilização do Sindicato de Ofícios Vários de Catavi pelo aumento de 100% dos salários – devido à alta do preço internacional do estanho –, o governo de Peñaranda executou dezenas de mineiros e mulheres, numa luta que teve o apoio das minas de Llallagua e Siglo XX. O evento, conhecido como o Massacre de Catavi, transformou-se num hiato histórico, evidenciando aos mineiros o real funcionamento do poder oligárquico boliviano.⁹

Dois anos mais tarde foi criada a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) durante o Congresso de Huanuni. A fundação da FSTMB foi fruto do acúmulo histórico da organização e combatividade das Federações e Ligas Operárias anarco-sindicalistas da década de 20 e dos sindicatos mineiros da década de 30, além de consolidar a organização sindical por centro de trabalho. A Federação deu finalmente uma dimensão nacional ao classismo mineiro boliviano.

No fim da década de 40, a Federação de Mineiros já se encontrava distante da tutela governamental do MNR,¹⁰ em parte pelo trabalho militante do Partido Operário Revolucionário (POR) pela independência de classe. Foi assim que em 1946, diante das ameaças de

fechamento das minas, a FSTMB torna pública a Tese de Pulacayo,¹¹ documento que rompe com a idéia da existência do feudalismo na Bolívia através de uma leitura que incorporava este país ao desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial, sob tutela imperialista.

O documento indica, entre outros elementos, que a revolução proletária deve ter como método a ação direta, expressa na ocupação das minas e no controle operário coletivo.¹² Num contexto em que a III Internacional priorizava as alianças com frações das burguesias nacionais, além da união nacional contra o fascismo, o PIR manteve-se distante da agitação mineira da década, deixando espaço tanto para o POR quanto para o MNR.¹³

Quanto à mobilização camponesa, que atuava paralelamente ao movimento operário – mas sem deixar de ser influenciado por ele –, sabemos que os primeiros sindicatos camponeses formaram-se nos vales de Cochabamba nos anos 30 através de novos líderes *aymara* e *quéchua* em Ucureña, Cliza e Quillacollo. Devido à continuidade do *pongueaje*,¹⁴ os protestos e sublevações no campo prosseguiram durante os anos 40 em diversas regiões até 1952.

Se até a década de 40, a classe operária boliviana se baseava em organizações de matriz artesanal, daí em diante o sindicalismo daria lugar ao eixo mineiro verticalista. É importante sintonizar a ascensão sindical operária e camponesa durante o sexênio 1946-52 com a decadência da oligarquia do estanho, conhecida como a *rosca*, que começa no período de pós-guerra do Chaco e se acentua até a revolução democrático-burguesa de 1952.

Jornadas revolucionárias na cidade e no campo

Chegamos a 1952. A partir do mês de abril desse ano, a Bolívia não só veria derrocada uma antiga classe oligárquica substituída pelo MNR, mas também a criação de uma nova matriz histórica, entendida como o “conjunto de relações sociais básicas, funções e percepções que se conformaram como resultantes da insurreição operária e popular vitoriosa e que determinaram as orientações da sociedade das décadas seguintes”.¹⁵

Os três dias de jornadas mineiro-populares nas ruas de La Paz e Oruro tiveram como protagonistas artesãos, desocupados, pequenos comerciantes urbanos e estudantes, ao redor do movimento constituído por

⁸ LEHM, Zulema; RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Los artesanos libertarios y la ética del trabajo*. La Paz: Taller de Historia Oral Andina (THOA), 1988. p. 59-61.

⁹ Posteriormente, a FSTMB seria mantida sob influência do POR e de Juan Lechín, enquanto a CSTB seria controlada pelo PIR e em menor grau pelo Partido Socialista Operário da Bolívia (PSOB), de Tristán Marof.

¹⁰ O Movimento Nacionalista Revolucionário foi um partido criado pela pequena burguesia urbana, primos pobres da oligarquia em crise e por ex-combatentes da Guerra do Chaco. Próximo, portanto, aos oficiais nacionalistas.

¹¹ Redigida pelo dirigente porista Guillermo Lora e criticada por stalinistas por incluir a construção de milícias armadas para o controle operário das minas, o documento está baseado no Programa de Transição da IV Internacional escrito por Trotsky em 1938, segundo o qual as tarefas nacionalistas e democráticas seriam somente um passo para a consolidação da revolução socialista.

¹² LORA, Guillermo. La clase obrera después de 1952. In: ZAVALA MERCADO, René (org.). *Bolívia, hoy*. México, DF: Siglo XXI, 1987. 2ª ed. p. 171, 174.

¹³ ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007. p. 49.

¹⁴ Parte da estrutura da grande fazenda boliviana baseada no trabalho indígena forçado e gratuito ao fazendeiro latifundiário.

¹⁵ LAZARTE, Jorge. *Movimiento obrero y procesos políticos en Bolívia (Historia de la C.O.B. 1952-1987)*. La Paz: Offset Boliviana Edobol, 1989. p. 261.

trabalhadores mineiros e fabris. Passados os enfrentamentos de rua, as principais reivindicações convergiam na nacionalização das minas e ferrovias, reforma agrária e formação de milícias populares armadas em substituição ao Exército.

São os próprios sindicatos operários e camponeses e suas milícias armadas quem sustentam materialmente o MNR no co-governo constituído posteriormente. Embora tenha tido a capacidade de impor suas decisões sobre o Poder Executivo, a recém-formada Central Operária Boliviana (COB)¹⁶ teve sua fase de maior expressão de poder até outubro de 1952, quando se deu a nacionalização das minas e então se iniciou o período de acomodação e burocratização da central. O governo movimentista, com o importante apoio do lechismo,¹⁷ foi ocupando os postos-chave da COB e de suas organizações afiliadas regionais ao longo dos anos seguintes.

Mesmo assim, distante do tradicionalismo sindical, a COB agrupou em seu seio desde assalariados a camponeses e funcionários públicos, desde universitários a pequenos comerciantes e inquilinos, desde artesãos a contrabandistas e “*ocupou desde seu nascimento em 1952 um lugar mais amplo que o de uma central sindical, agindo como centro político de sindicatos, organizações operárias e populares*”.¹⁸

Simultaneamente, no campo, as primeiras ocupações e assaltos a fazendas ocorreram no Vale de Cochabamba e se espalharam por todo o país. Crescia o pânico dos proprietários de terra diante das ocupações e dos esforços de construção de sindicatos, já que o Exército continuava dissolvido e as milícias camponesas ainda detinham suas próprias armas.

Além do sindicalismo cochabambino, também mostrou combatividade o de Achacachi, nas margens do Lago Titicaca, dotado de uma imbricação complexa entre o sindicato tradicional verticalizado e a forte presença da organização comunitária andina. Mescla da tradição autogestionária rural nos Andes e do sindicalismo ocidental, esses sindicatos conformam ainda hoje órgãos de poder local que regulam todos os aspectos da vida cotidiana.¹⁹

A participação massiva do campesinato indígena na etapa revolucionária inicial deu lugar ao clientelismo político gerado entre o MNR e os dirigentes sindicais através das terras devolvidas como parte da reforma agrária e dos alimentos subvencionados. Rivera (1984) e Ticona (2000) classificam o período de 1952-58 como de subordinação ativa, conduzida pelo sindicalismo cochabambino e outro de 1959-68, caracterizado pela naturalização da nova estrutura sindical para-estatal. Os vínculos dependentes entre o MNR e os sindicatos camponeses funcionariam por doze anos, até o golpe de Estado do general René Barrientos em 1964.²⁰

O primeiro encontro entre operários e camponeses indígenas ocorreu em 1953 motivado pela Reforma Agrária, mas sob a tutela do MNR. No I Congresso da COB, realizado somente em 1954, a participação camponesa foi ínfima. Afirmava-se que o campesinato não podia cumprir um papel político autônomo e contundente pelo atraso no campo boliviano e por sua condição de proprietário de pequenas porções de terra. Portanto, necessariamente deveria se subordinar à direção proletária. Dois anos depois, quando os mineiros rompem com o MNR, os camponeses, cooptados pelo Estado, aceitam a “proteção” do Pacto Militar-Camponês.

Emergência operária e camponesa: a Assembleia Popular e o katarismo

Com o golpe de 1964, quando inicia o ciclo de governos ditatoriais na Bolívia (1964-1982), o governo de Barrientos trata de selar a ruptura com o operariado e ao mesmo tempo subordinar o sindicalismo camponês. A assinatura do Pacto Militar-Camponês é seguida pelo desarme das milícias camponesas e transforma os quartéis regionais e locais em coordenadores dos próprios sindicatos rurais. O Pacto é utilizado pelos militares para conseguir uma base de apoio político em troca de um programa de ajuda infra-estrutural às regiões rurais, denominado “Ação Cívica”. Tratou-se, antes de mais nada, de uma ampla base social que tiveram os militares para servir de arma contra o potencial mineiro.

No entanto, o Pacto foi deteriorando-se com ações dos próprios governos ditatoriais, permitindo novos horizontes de autonomia sindical camponesa. Primeiramente, com a tentativa do governo de Barrientos de implementar o Projeto de Imposto Único, fomentado pela USAID em 1968, pelo qual os camponeses indígenas passariam a pagar pela propriedade da terra, incorporando-se ao sistema tributário como contribuintes.

Em resposta, conformou-se o Bloco Camponês Independente (BIC) no departamento de La Paz, vinculado à COB e a partidos marxistas, além da União de Camponeses Pobres (UCAPO), de orientação maoísta. Posteriormente, o Pacto se debilitou em 1974 sob o governo de Hugo Bánzer, diante do massacre de camponeses em Cochabamba, conhecido como o Massacre do Vale, motivado pela subida dos preços dos bens manufaturados.

A partir desse período, a COB passaria a enfrentar um duro período de desarticulação. Seus dirigentes seriam perseguidos e exilados, assim como os distritos mineiros passariam a ser declarados zonas militares. A reação mineira veio na forma de organizações clandestinas e na decisão de armar-se para enfrentar a ditadura.

Durante os anos de 1970-71, quando os governos militares de Alfredo Ovando e Juan José Torres

¹⁶ Com a fundação da COB em 1952, ocorre a dissolução das correntes anarquistas aglutinadas na FOL e stalinistas ao redor da CSTB.

¹⁷ Juan Lechín foi uma figura política que transitava não sem certa ambigüidade entre organizações operárias, alas do MNR e do próprio governo movimentista. Chegou a ser vice-presidente em 1960.

¹⁸ ANDRADE, op. cit., p. 144.

¹⁹ HURTADO, Javier. *El Katarismo*. La Paz: HISBOL, 1986. p. 23

²⁰ O Estado MNRista passou a exercer controle sobre o campesinato indígena através da Comissão de Reforma Agrária e do Ministério de Assuntos Camponeses (MACA), processo culminado com a criação da Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB).

permitiram um espaço maior para as organizações de esquerda, o XIV Congresso da FSTMB e o IV Congresso da COB foram marcados pelo abandono da perspectiva do co-governo, em prol de uma reaproximação à Tese de Pulacayo e de maior autonomia de classe, numa aberta luta antiimperialista pelo socialismo. O general Rogelio Miranda tenta então um novo golpe sobre o governo de Ovando, mas a greve geral decretada pela COB debilita a tentativa.

Estabelece-se o Comando Político da COB e do Povo para debater o apoio ao possível governo do general Juan José Torres. Diante das incertezas postas sobre a mesa, o POR, até então influente dentro da COB, redige as bases de constituição do que ficaria conhecido como Assembleia Popular (AP), convocada pela central sindical como máximo organismo de poder da classe operária e das massas bolivianas. Contrária ao parlamentarismo burguês e buscando independência do governo de Torres para evitar os erros táticos de 52, suas principais medidas em 1970 relacionaram-se ao controle operário com direito a veto e à conformação de ministérios e milícias operárias.

Todo o período da AP foi marcado por mobilizações e ações diretas de sindicalistas e estudantes nas principais cidades do país, incluindo a ocupação e apropriação do Palácio Legislativo, onde foi estabelecida a sede da maior experiência operário-popular desde as jornadas de abril de 1952.²¹ Andrade nos indica que a eleição dos delegados da AP foi marcada pela hegemonia mineira e fabril, restringindo espaços ao movimento camponês.²²

Embora relegado a segundo plano, parte do campesinato *aymara* vinculou-se ao katarismo, um movimento fomentado pelos setores médios do campo. Esse setor então inicia um trabalho de divulgação e reinterpretação da história colonial em centros culturais de La Paz, reivindicando a figura do líder anticolonial Tupak Katari do século XVIII. A partir daí, respaldados pelo trabalho de base comunitário, ocupariam a sede da Federação Departamental dos Trabalhadores Camponeses de La Paz (FDTCLP), elegeriam como novo Secretário Executivo Jenaro Flores, agregariam o nome Tupak Katari à entidade (FDTCLP-TK) e passariam a ter abrangência sindical nacional em contraposição à oficialista CNTCB, então hegemonizada pelo barrientismo. O documento conhecido como Manifesto de Tiwanacu de 1973 é uma prova da busca por autonomia organizativa. Divulgado clandestinamente, serviu para a formação de quadros sindicais kataristas durante a ditadura de Hugo Bánzer.

Durante o Pacto, empurradas por uma propaganda anticomunista realizada pela Igreja e pelo próprio MNR, milícias camponesas invadiam as minas enfrentando-se aos mineiros e servindo de carne de canhão aos projetos dos governos de turno. No auge de seu anticomunismo, a fração indianista²³ no interior do katarismo chega mesmo a declarar a iminência de uma guerra contra o proletariado. Denunciavam o “racismo operário” e o “internacionalismo branco da COB”. Por outro lado, o sindicalismo mineiro alertava que a postura indianista não se importava com a luta classista e acabava se tornando aliada da direita burguesa.

Mesmo com a emergência do katarismo, a aliança operário-camponesa ganharia novas tonalidades somente anos mais tarde. Prova deste desencontro é que no início dos anos 70, enquanto os sindicalistas kataristas lutavam no interior da oficialista CNTCB contra o Pacto e por melhores preços agrícolas,²⁴ os mineiros aglutinados na AP concentravam suas forças na gestão operária da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL).

Processo de “abertura democrática”

Mesmo diante da pujança do movimento operário e camponês *aymara* e *quéchua* vivida no país, o golpe de Bánzer em 1971 representou um duro golpe contra o sindicalismo em geral e o mineiro em particular. Houve resistência armada por parte do Comando Político da COB, mas esta não estava suficientemente organizada para enfrentar o Exército nas ruas.

Como parte da crescente mobilização e do início de uma nova época de alianças, a greve de fome de 1977, que uniu operários e camponeses, conseguiu do governo ditatorial a anistia irrestrita e o livre funcionamento dos sindicatos. Hurtado destaca que esta “*greve de fome constituiu para os kataristas o início de um importante processo de aprendizagem político junto ao proletariado mineiro e outros setores explorados*”.²⁵

Por sua vez, os kataristas mobilizados publicaram o II Manifesto de Tiwanacu, documento no qual se assentam as bases para a abertura democrática do período 1978-80 e para o protagonismo katarista que precedeu o fim da ditadura de Bánzer.²⁶ No mesmo documento, assim como no V Congresso da Confederação Camponesa Tupak Katari de 1978, a COB é reconhecida pela primeira vez como a forma mais representativa da aliança dos trabalhadores do campo, da cidade e das minas.²⁷ É assim que o conteúdo étnico-cultural começa a ser permeado pelo classista e vice-versa.

²¹O debate sobre os alcances e limites da AP merece uma análise à parte. No interior do trotskismo, o POR é acusado de claudicar diante da direção contraditória que compunha tanto o Comando Político quanto a AP, representada pelo PC boliviano (que pensava em compor a esquerda do gabinete de Torres) e pelo Partido Revolucionário de Esquerda Nacionalista (PRIN), de Juan Lechín, eleito presidente da Assembleia (que aludia à transformação da AP numa Constituinte). A análise crítica de Aldo Duran Gil também pode ser muito esclarecedora: Gil, Aldo D. *O caráter das crises políticas durante o governo Torres e a Assembleia Popular na Bolívia (1970-1971)*. Apresentado no V Colóquio Internacional Marx Engels, Campinas, 2007.

²²ANDRADE, op. cit., p. 154-157.

²³O indianismo, juntamente com o sindicalismo, são as duas principais vertentes do katarismo. Internamente ao indianismo existem expressões partidárias sem alcances eleitorais. Há também penetração do indianismo em associações e movimentos sociais por toda a Bolívia, especialmente no Altiplano. Para mais informação, consultar: MIRANDA, Bruno. *Comunitarismo, autonomia indígena e movimento autônomo: as lutas sociais de El Alto e Chiapas*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia Política da UFSC, 2007.

²⁴No VI Congresso da CNTCB de 1971 realizado em Potosí, os kataristas conseguem a expulsão dos barrientistas da CNTCB.

²⁵HURTADO, op. cit. p. 79.

²⁶Idem, p. 71.

²⁷Idem, p. 83.

No ano seguinte ocorre o Congresso de Unidade Camponesa, convocado pela própria COB, do qual nasceu a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), organismo que viria a ser a cabeça de um forte movimento social no início do presente século. Na Tese Política do VI Congresso da CNTCB-TK, celebrado em março de 1978, os kataristas afirmavam:

deixar de ser pobres sim, mas sem perder nossa identidade cultural, sem envergonhar-nos do que somos. Não acreditamos na luta de raças. Se o racismo foi o primeiro passo de nossa ideologia, devemos agora superá-lo porque somos explorados, não porque somos aymaras, quéchuas, cambas, etc., mas fundamentalmente porque há poucos ricos que nos exploram a aymaras e não aymaras, a quéchuas e não quéchuas, a cambas e não cambas. Temos que mudar esta sociedade de exploração para que nossos valores aymaras, quéchuas, cambas, etc., possam exercer-se e desenvolver-se livremente.²⁸

Depois da unidade camponesa, o período posterior (1980-86) foi caracterizado pela crescente unidade operário-camponesa em protestos contra a ditadura militar e contra ajustes econômicos estruturais. Em outras palavras, quando a dimensão étnica começou a prevalecer em suas demandas e prática política, os camponeses aproximaram-se da COB, ainda que questionando o vanguardismo operário.

Logo após sua integração à COB, os membros da CSUTCB enfrentaram dificuldades para que fosse reconhecido o fato de que a base social camponesa necessitava maior representação. Enquanto o setor camponês-indígena dentro da COB sustentava que era necessária uma mudança na estrutura da central sindical, mais adequada ao contexto atual, o setor mineiro e fabril afirmava que a diminuição da classe operária fruto da reestruturação produtiva seria conjuntural.

Quando em 1979 foi decretada outra greve geral contra o golpe do coronel Natusch Busch, que não reconheceu as eleições anteriores, o campesinato aderiu massivamente, utilizando-se de seus próprios métodos: bloqueio de caminhos, cerco de povoados e ocupação de territórios não urbanos,²⁹ selando a aliança operário-camponesa e de uma vez por todas o cancelamento do Pacto Militar-Camponês. No entanto, optaram pela saída democrática que, nesse contexto, concentrava-se na União Democrático-Popular.³⁰ Posteriormente, a COB convocaria o Comitê Antifascista como contraparte de um golpe que provocou 200 mortos, no enfrentamento popular mais sangrento desde 1952. O processo terminaria com a negação da COB diante da proposta de um governo triangular com as Forças Armadas.

A participação da CSUTCB na paralisação contra o golpe de Busch constituiu a primeira mobilização de dimensão nacional exitosamente convocada pela confederação camponesa. Os reflexos do poder de convocatória da CSUTCB continuariam em 1980 e 81 em resistência aos golpes seguintes e pelo fim da ditadura, até que no último trimestre de 1982, o Parlamento boliviano em La Paz seria reaberto para que assumisse Hernán Siles Suazo.

Considerações finais

Embora tenha assediado diretamente o poder estatal, o movimento operário-popular boliviano não chegou a consolidar uma ruptura com o capital nas jornadas de abril de 1952 nem durante a AP em 1971. No entanto, o fato de “*que os operários não souberam explorar seu poder não subtrai em absoluto importância ao fato irreversível que atuassem como classe de poder*”.³¹

Nesses momentos, embora a consigna de um “governo operário-camponês” fosse brandida pelos quatro cantos, ora o sectarismo operário menosprezava o camponês *aymara* ou *quéchua*, ora o próprio camponês era aliado dos governos ditatoriais e apoiava o anticomunismo. Quando a aliança por fim ia se consolidando como horizonte emancipatório, a luta já não era revolucionária, mas democrática, além do que o katarismo não possuía um projeto político autônomo e de classe nesse momento.

Entre outros motivos, a barreira existente entre o trabalhador mineiro/fabril e o rural é fruto de uma leitura segundo a qual o camponês-indígena tem sido visto simplesmente como pequeno-burguês, justamente por possuir seu pedaço de terra comunitária. Esta leitura tem sido fomentada em grande parte pela absorção das teses da III e IV Internacional propagadas por partidos operários bolivianos. Juan de la Cruz Villca, dirigente camponês e Segundo Secretário da COB em 1992, adverte:

na prática boliviana, se compararmos um camponês com um operário assalariado, qual está melhor economicamente? Um operário pode ter seu rádio, sua TV, serve-se um chá, veste-se bem, etc. e um camponês do Norte de Potosí está em farrapos e apenas se autoabastece.³²

Às considerações de Villca poderíamos agregar outro elemento que nos ajuda a desmitificar o indígena e a entender a precariedade contemporânea no campo boliviano: o êxodo rural. Os fluxos migratórios campocidade na Bolívia têm sido crescentes depois da segunda metade do século passado, em parte devido ao esgotamento da terra e aos grandes períodos de seca, mas também devido ao sistema de parcelamento das terras que foi adotado na Reforma Agrária de 1953, que com o tempo permitiu o avanço do minifúndio rural no Altiplano.

²⁸ Idem, p. 98.

²⁹ ZVALETA MERCADO, René. Forma clase y forma multitud en el proletariado minero en Bolivia. In: ZVALETA MERCADO, René (org.). *Bolivia, hoy*. México, DF: Siglo XXI, 1987. 2ª ed. p. 237.

³⁰ Enfraquecido diante da massiva propaganda do oficialismo no campo, o katarismo viu-se obrigado a aliar-se com a UDP de Siles Suazo. A UDP, frente democrático-burguesa, foi composta pelo PC boliviano, partidos social-democratas e populistas.

³¹ ZVALETA MERCADO, René. *50 años de historia*. La Paz; Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1998. p. 79.

³² TICONA ALEJO, Esteban. *Organización y liderazgo aymara. La experiencia indígena en la política boliviana 1979-1996*. La Paz: AGRUCO; Universidad de la Cordillera, 2000. p. 180.

Consequentemente, a condição do camponês *aymara* que permanece no campo já não só obedece à geografia de *ayllus*³³ de épocas anteriores, mas está parcialmente submetida às condições do mercado. Em se tratando da região cochabambina, zona *quéchua*, a mercantilização da terra foi anterior e ainda mais contundente.

Em todo caso, para além de uma leitura marxista mecânica que vincula automaticamente cada classe social ao seu lugar no processo produtivo, é igualmente necessário levar em conta a prática histórica de determinadas coletividades e seu modo de ser.³⁴ No caso em questão, trata-se de agrupações altiplânicas em resistência histórica contra o colonialismo, externo e interno.

Por outro lado, é urgente reconhecer o retrocesso político representado pelo indianismo radical surgido no final dos anos 60, que nega a lógica totalizante do sistema em prol de uma “luta de raças” e serve de insumo aos governos liberais-burgueses. O capital tolera lutas de caráter exclusivamente étnico porque é capaz de absorvê-las e finalmente utilizá-las a seu favor. Por isso, as lutas de conteúdo étnico e anticolonial devem vincular-se com as lutas antiimperialistas e socialistas porque sem a destruição das bases sistêmicas materiais, a visão de mundo andina se reproduz subsumida e carcomida pela lógica do capital.

A aliança operário-camponesa é um pilar da estratégia revolucionária em contextos históricos dependentes como o boliviano, no qual o socialismo obrigatoriamente precisa levar em conta a sociabilidade andina, queiramos ou não. É necessário então converter o elemento étnico em elemento revolucionário.

Artigo recebido em 18/03/2011

Aprovado em 07/05/2011

³³O *ayllu* pode ser entendido como a organização-matriz dos povos andinos, de famílias ampliadas assentadas em terras comunitárias que em alguns casos podiam não ser contíguas.

³⁴ZAVALATA MERCADO, René. *50 años de historia*, op. cit. p. 11.